



Processo: 01237/2026

Decisão Plenária Nº 9, de 7 de abril de 2026.

Aprova o Plano Bienal 2026-2027 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TCEES)**, no uso das suas competências legais conferidas pelo art. 71 c/c art. 75 da Constituição da República, pelo art. 71 da Constituição Estadual, pelo art. 3º da Lei Complementar Estadual 621, de 8 de março de 2012 e pelos artigos 3º e 428, inciso V, alínea “g”, da Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013 (Regimento Interno do Tribunal de Contas);

CONSIDERANDO que o Plano Estratégico do TCEES 2024 - 2037 definiu os objetivos estratégicos e as diretrizes necessárias ao atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos, dispondo sobre a elaboração do Plano Bienal;

CONSIDERANDO a importância do estabelecimento de diretrizes, objetivos e indicadores para o biênio, a fim de se alcançar os objetivos de longo prazo estabelecidos no Plano Estratégico.

DECIDE o Conselho Superior de Administração, à unanimidade, em sua 4ª Sessão Ordinária, realizada no dia 7 de abril de 2026, **aprovar o Plano Bienal 2026 – 2027 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, conforme disposto no Anexo Único desta Decisão Plenária.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2026.

LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Conselheiro Presidente

DAVI DINIZ DE CARVALHO

Conselheiro Vice-Presidente

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Conselheiro Corregedor

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Conselheiro Ouvidor

SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Conselheiro

RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Conselheiro

Plano Bienal

2026 - 2027



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

 www.tcees.tc.br |     @tceespiritosanto

APRESENTAÇÃO

O Plano Bienal 2026–2027 define a identidade da gestão do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no período, estruturada nos eixos inovação e diálogo.

A inovação orienta a adoção de um modelo de planejamento focado tanto em resultados quanto prioridades, permitindo avanços nas áreas consideradas essenciais para o fortalecimento institucional, impulsionando o Tribunal a um novo patamar de desempenho e impacto em sua missão de controle externo.

O diálogo marcou todo o processo de elaboração do plano, conduzido de forma participativa. A construção ocorreu em duas etapas complementares: discussões iniciais para definição das diretrizes do biênio, seguidas de oficinas que estruturaram as ambições estratégicas, os objetivos e os resultados-chave.

Este documento consolida o resultado desse trabalho coletivo e reafirma o compromisso institucional com uma gestão orientada a resultados e ao aprimoramento contínuo da atuação do Tribunal.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



PROPÓSITO

Contribuir para a melhoria da gestão pública.



MISSÃO

Promover o aperfeiçoamento da gestão pública, por meio do controle externo, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas.



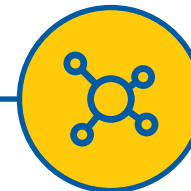
VISÃO

Ser reconhecida como instituição estratégica para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.



NEGÓCIO

Controle Externo



PRINCÍPIOS

- Independência e harmonia;
- Transparência;
- Responsabilidade Sustentável;
- Inovação;
- Profissionalismo;
- Valorização das Pessoas.



DIRETRIZES PARA O BIÊNIO 2026-2027



As diretrizes estratégicas definidas para o biênio são: **(1) Gestão de Pessoas e Gestão de Carreiras; (2) Fiscalização Digital Integrada; e (3) Governança Organizacional Dialógica.**

Essas diretrizes constituem os pilares que orientam as prioridades institucionais no período, articulando-se de maneira complementar para promover avanços estruturais e sustentáveis. A Figura 1, a seguir, apresenta a relação entre essas diretrizes e sua atuação integrada com o Planejamento Estratégico Institucional.

AMBIÇÕES E ESTRATÉGIAS



ESTRATÉGIAS

Institucionalizar decisões, prevenir problemas e antecipar soluções em nível estratégico, com integração de Comitê Permanente de Gestão de Pessoas e Carreiras;

Diagnóstico, automação de fluxos e estudos de soluções tecnológicas.



ESTRATÉGIA

Implementar a solução e instalar a cultura do acompanhamento digital.



ESTRATÉGIA

Revisar e aperfeiçoar a arquitetura estratégica, organizacional e decisória do Tribunal, com o aprimoramento da Política de Governança.



OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE (OKR)

OBJETIVO	INSTITUCIONALIZAR A GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS PARA FORTALECER O PERTENCIMENTO ORGANIZACIONAL	SEGAFI
KR1	Redução de 50% nos índices de insatisfação quanto ao pertencimento organizacional e percepção sobre gestão de pessoas.	SGP SECOM
KR2	100% dos fluxos processuais de SGP automatizados.	SGP SGTI
KR3	Trilhas de carreiras estruturadas para 100% das áreas estratégicas.	SGP
KR4	70% dos servidores alocados ou realocados conforme mapeamento de competências.	SGP
KR5	Modelo de medição de desempenho individual integralmente aprimorado.	SEGOV

OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE (OKR)

OBJETIVO	IMPLANTAR A CULTURA DE FISCALIZAÇÃO DIGITAL PARA POTENCIALIZAR A EFETIVIDADE DO CONTROLE EXTERNO CONCOMITANTE.	SEGEX
KR1	Modelo de negócio de fiscalização digital integralmente estabelecido.	NPMA SEGEX SGTI
KR2	Aumento de 50% na quantidade de trilhas de fiscalização digital acompanhadas.	NÚCLEOS SEGEX SGTI
KR3	Aumento de 30% na quantidade de indícios submetidos e solucionados.	NÚCLEOS SEGEX SGTI
KR4	80% dos indícios formalizados confirmados processualmente.	NÚCLEOS SEGEX SGTI

OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE (OKR)

OBJETIVO	FORTALECER A GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL, TORNANDO-A MAIS CLARA, PARTICIPATIVA E ORIENTADA A ENTREGA DE VALOR PÚBLICO.	SEGOV
KR1	Política de Governança organizacional revisada e atualizada, com 100% da revisão da arquitetura estratégica, organizacional e decisória das áreas estratégicas.	SEGOV
KR2	90% dos respondentes demonstrando conhecimento das três diretrizes estratégicas do período.	SEGOV SECOM
KR3	80% de execução do planejamento anual dos Comitês de Gestão de Pessoas e de Governança.	SEGOV
KR4	100% dos Planos Setoriais alinhados quanto às suas interdependências.	SEGOV
KR5	70% dos OKRs estratégicos atingidos.	SEGOV

DESDOBRAMENTO E ACOMPANHAMENTO

Os OKRs estratégicos definidos neste plano orientarão a atuação do Tribunal ao longo do período. Assim, este documento servirá de referência para o desdobramento das iniciativas e dos OKRs das secretarias e unidades organizacionais, que deverão transformá-los em OKRs setoriais alinhados às suas competências e responsabilidades institucionais.

Para assegurar a efetividade desse modelo, serão implementados mecanismos de acompanhamento e monitoramento, tanto no âmbito de cada secretaria quanto no nível institucional. A Secretaria de Governança (SEGOV) será responsável por coordenar esse processo em escala institucional.

Destaca-se que a **implementação dos OKRs estratégicos soma-se às medidas e iniciativas já estabelecidas para o alcance das metas de Desempenho Institucional, Setorial e Individual**, contribuindo para fortalecer a gestão e apoiar a execução das atividades finalísticas e de apoio.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



www.tcees.tc.br |



@tceespiritosanto

